

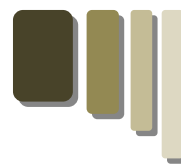
P

lano

de

Formação

2020/2022



1 - Enquadramento legal

2 – Contexto ecológico do Agrupamento

- a) Breve caracterização
- b) Missão
- c) Visão
- d) Valores
- e) Prioridades
- f) Objetivos estratégicos

3 – Objetivos e finalidades do Plano de Formação

4 – Diagnóstico e planeamento da formação

- 4.1 - Levantamento de necessidades de formação
- 4.2 – Prioridades de formação e seus destinatários

5 – Designação e modalidade das ações

6 – Recursos humanos e físicos a mobilizar e custos

7 – Metodologias e instrumentos de avaliação da formação



Este documento materializa os diversos diplomas legais naquilo que são os seus pressupostos teóricos e configurações regulamentares, cumprindo com as suas orientações, mas em convivência com o conceito de autonomia conferida aos Agrupamentos de Escolas.

Foram verificados e conjugados os seguintes documentos normativos:

- Decreto-lei n.º 75/2008, de 22 de abril;
- Decreto-lei n.º 137/2012, de 2 de julho (que altera e republica o anterior);
- Despacho n.º 18038/2008, de 4 de julho;
- Decreto-lei n.º 41/2012, de 21 de fevereiro;
- Decreto regulamentar n.º 26/2012, de 21 de fevereiro;
- Decreto-lei n.º 22/2014, de 11 de fevereiro;
- Despacho 4595/2015, de 6 de maio;
- Despacho 5741/2015, de 11 de junho;
- Decreto-lei n.º 127/2015, de 7 de julho.

2 - Contexto ecológico do Agrupamento



O concelho de S. Pedro do Sul é constituído por 14 freguesias, sendo mais de metade da sua área geográfica constituída por zonas de montanha, sobretudo na parte a norte. O envelhecimento populacional constitui uma realidade vincada e o despovoamento é significativo, sobretudo nas zonas de maior interioridade.

Desde 1991 que se regista uma evolução fortemente negativa da população, tendo passado de 18.909 habitantes, em 2001, para 16.695, em 2011, e para 16.336, em 2013. A evolução demográfica negativa é transversal às várias freguesias, sendo mais acentuada naquelas mais distantes da sede de concelho.

As crianças e jovens com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos representavam 12% da população residente, em 2013, e os jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos representavam 10,9%. Os primeiros sofreram um decréscimo de 32,6 %, no período entre 2001 e 2011, e os segundos, um decréscimo de 39,4%, no mesmo período.

Relativamente à escolaridade e comparando os dados de 2001 e 2011, verifica-se uma diminuição da população sem qualquer grau de ensino e da população só com 1º ciclo e 2º ciclo. Por outro lado, regista-se um aumento da população com 3º Ciclo, Ensino Secundário e Ensino Superior (de 25% para 39%). Verifica-se ainda que a maior parte da população possui apenas o 1º ciclo do ensino básico.

No que aos sectores de atividade diz respeito, importa referir que, embora São Pedro do Sul seja uma região onde as marcas da ruralidade ainda estão presentes, estas têm perdido a importância de outrora, verificando-se, entre 2001 e 2011, um decréscimo do sector primário e uma duplicação do sector terciário. As freguesias mais rurais são as que se encontram mais afastadas da sede do concelho (Pindelo dos Milagres, Manhouce, Covas do Rio e S. Martinho da Moitas), onde uma parte significativa da população residente continua a exercer a sua atividade no sector primário, numa agricultura familiar, de minifúndio e de baixo rendimento.

O peso do sector terciário na atividade económica da região deve-se, em parte, ao facto de o concelho possuir recursos termais muito relevantes, afigurando-se o termalismo como um importante polo de desenvolvimento do concelho. Os serviços de natureza social absorvem também uma significativa fatia da população empregue neste sector.

Mais de metade dos alunos do Agrupamento provém da União das Freguesias S. Pedro do Sul, Várzea e Baiões, dados que se mostram alinhados com o despovoamento progressivo das freguesias mais rurais. Deve referir-se, no entanto, que o Agrupamento de Escolas de Santa Cruz da Trapa abrange, no que se refere à escolaridade até ao 9º ano, as freguesias de Carvalhais e Candal, Manhouce, Santa Cruz da Trapa e Cristóvão de Lafões, Serrazes e Valadares.¹

Como principais problemas/dificuldades dos alunos, destaca-se, com base na análise dos dados disponíveis, o baixo desenvolvimento sociocultural da população, que se reflecte negativamente no comportamento/ aproveitamento/falta de expectativas de muitos dos alunos; o acompanhamento pouco consistente por parte dum número significativo de Pais/Encarregados de Educação; um elevado número de alunos com poucos hábitos e métodos de trabalho; e a falta de articulação entre os vários ciclos, órgãos e departamentos curriculares do AE.

Sendo missão da Escola a prestação à comunidade, em geral, e aos seus alunos, em particular, um serviço educativo de qualidade, que promova uma permanente ação formativa e de desenvolvimento global, o progresso social e a democratização do ensino, foram perspectivadas as linhas orientadoras a seguir e definidos os objetivos a cumprir:

- Promover o desenvolvimento integral dos alunos, sendo objetivos de referência:

- Criar condições facilitadoras da formação integral dos alunos, promovendo aprendizagens de qualidade que contribuam para o sucesso;
- Potenciar a igualdade de oportunidades no acesso aos apoios e respostas educativas diferenciadas, nomeadamente a alunos com dificuldades específicas de aprendizagem;
- Promover uma cultura de responsabilização, incentivando a formação de cidadãos livres, autónomos e solidários, valorizando a dimensão humana da educação;
- Criar ofertas educativas adequadas às necessidades dos alunos e da própria região, promovendo a qualificação profissional;
- Contribuir para o desenvolvimento de hábitos de vida saudável;
- Reconhecer e valorizar o mérito.

- Prevenir e combater o abandono/absentismo, sendo objetivos de referência:

- Diversificar as ofertas educativas, de modo a responder às motivações dos alunos;
- Dinamizar atividades diferenciadas que potenciem o gosto pela escola (através de projetos, clubes e outras atividades mobilizadoras);
- Incentivar o espírito de iniciativa dos alunos na criação de novos projetos;
- Valorizar a participação voluntária dos alunos nas atividades da escola;

¹ (Fonte: INE, Censos 2011)

- Articular e potenciar os recursos disponíveis em situações de risco de absentismo e/ou abandono.

- Fomentar a relação escola/família/comunidade, sendo objetivos de referência:

- Promover a participação dos pais/encarregados de educação no percurso educativo dos seus educandos;

- Proporcionar atividades específicas direcionadas aos pais/encarregados de educação;

- Promover e rentabilizar parcerias com a comunidade, nomeadamente nos domínios da formação em contexto de trabalho e do desenvolvimento da cidadania.

- Melhorar a qualificação e organização dos recursos humanos, sendo objetivos de referência:

- Fomentar a formação contínua do pessoal docente e não docente, adequada às exigências da escola atual.

- Promover a autoavaliação e a melhoria global da escola, sendo objetivo de referência:

- Promover práticas de autoavaliação regulares, consistentes e que potenciem a melhoria do serviço educativo prestado.



Os tempos modernos e o elevado ritmo evolutivo que deles decorre exigem das pessoas e das instituições uma atitude de atenção permanente face às suas exigências de acompanhamento científico, técnico e humanístico. A Escola, parte integrante e integradora da sociedade, vê-se na centralidade deste vórtice civilizacional e procura encontrar novas formas de organização, reformulando os seus ideários e reorientando os seus recursos, de forma a dar uma resposta adequada ao devir da modernidade.

Como em qualquer instituição, a essência sapiencial da Escola depende da qualidade dos seus recursos humanos, pelo que a formação contínua emerge como um imperativo que se afirma prioritário face aos demais. Importa, pois, que educadores, professores, técnicos especializados, assistentes administrativos e assistentes operacionais se mantenham atualizados, sob pena de se desviarem do rumo evolutivo e de se tornarem incapazes de estar à altura dos novos desafios. O que “hoje” nos parece atual pode já “amanhã” afigurar-se como obsoleto, pelo que a aposta na formação se vê cada vez mais legitimada e inevitável.

Um plano de formação deve, pois, acompanhar a realidade instituída e constituir-se como um mecanismo de operacionalização de uma linha de ação estratégica previamente definida. Deve ainda configurar-se como um documento orientador e coordenador das diversas ações formativas da Escola. Através dele, o Agrupamento prossegue um caminho de promoção do desenvolvimento de competências profissionais dos seus agentes educativos em função dos objetivos inscritos no Projeto Educativo.

1 - É na base deste pressuposto que aqui se enunciam as finalidades do desiderato formativo do AESPS:

- a) Definir as necessidades e prioridades formativas dos docentes do agrupamento;
- b) Melhorar da qualidade do ensino e dos resultados da aprendizagem escolar dos alunos;
- c) Investir na carreira profissional dos docentes através de um aperfeiçoamento contínuo do seu desempenho;
- d) Potenciar o incremento e melhoria de competências profissionais, relacionais e pessoais de todos os elementos da comunidade escolar;
- e) Promover mecanismos de autoavaliação eficazes, alavancados por iniciativas que favoreçam uma contínua melhoria da qualidade de resposta educativa do Agrupamento;
- f) Apoiar a emergência operacionalização de projetos de formação;

2 - Para alcançar estas metas, pretende ainda este documento:

- a) Proporcionar ao pessoal docente e não docente um conjunto de iniciativas formativas que deem resposta às suas necessidades de formação;

- b) Promover o recurso às tecnologias de informação e comunicação no contexto de sala de aula;
- c) Gerar novas dinâmicas de sala de aula através do recurso de renovados processos pedagógicos de mudança;
- d) Fomentar a permanente atualização técnica e didática através da frequência de ações de formação em áreas disciplinares específicas;
- e) Proporcionar informação relevante para a operacionalização da flexibilização curricular em curso veiculada pelo Decreto-lei n.º 55/2018, de 6 de julho;
- f) Garantir o acesso esclarecido aos novos princípios e normas da inclusão inscritos no Decreto-lei n.º 54/2018, de 6 de julho;
- g) Partilhar boas práticas, novas ideias e materiais que favoreçam o advento de uma prática investigativa constante e de inovação educacional.



AVALIAÇÃO DO IMPACTE DA FORMAÇÃO NA MELHORIA DA APRENDIZAGEM NAS ESCOLAS ASSOCIADAS

Decreto-Lei n.º 127/2015 de 7 de julho

Ações – CFAE castro Daire/Lafões (2018/2020)

Percurso Geológicos em Castro Daire

Enquadramento Legal da Inclusão Escolar: Novo Paradigma da Escola Inclusiva

Didática do Stand Up Paddle em águas lisas

Didática do Stand Up Paddle em águas lisas

STEM4Math

Desenvolver competências de Ciência através de atividades baseadas numa aprendizagem ativa e interdisciplinar

Atividades Laboratoriais de Físico-Química no 3.º Ciclo do Ensino Básico (CD)

Atividades Laboratoriais de Físico-Química no 3.º Ciclo do Ensino Básico (SPS)

Metodologias de ensino da Expressão e Educação Físico-Motora no 1º Ciclo do Ensino Básico. Abordagens, Conceções e Perspetivas.

Potencialidades da escrita lúdica e criativa na motivação dos alunos para a escrita formal e utilitária

Ser Comunicador e Ouvidor – a Oralidade na disciplina de Português

Ser Comunicador e Ouvidor – a Oralidade na disciplina de Português

Práticas inovadoras no ensino da Matemática

Ética e Deontologia na Profissão Docente

Atividades de exploração da natureza

Aprendizagem ativa com recurso às Tic

Folha de cálculo como ferramenta pedagógica

Laboratórios de Aprendizagem: Cenários e Histórias de Aprendizagem

Para o desenvolvimento de uma escola inclusiva

O cérebro senta-se à frente: Contributos das Neurociências para a Educação

Os domínios de articulação curricular (DAC): oportunidades e desafios promotores do sucesso educativo

Salas Ah! - Flexibilização curricular e cenários pedagógicos dialógicos (ou integradores)

Metodologias e dinâmicas de intervenção educativa e aprendizagem ativa em sala de aula

Mentor: Tutorias Autorregulatórias

Prevenção e resposta ao Bullying

Prevenção e resposta ao Bullying

Para uma Fundamentação e Melhoria das Práticas de Avaliação Pedagógica: Projetos de Intervenção nos Domínios do Ensino e da Avaliação

Juntos, somos melhores: relações interpessoais em contexto escolar

Juntos, somos melhores: relações interpessoais em contexto escolar

STEAM na promoção da Flexibilidade Curricular em Ciências

Aprender Ciências Brincando e Experimentando

Aprender Ciências Brincando e Experimentando
Aprender Ciências Brincando e Experimentando
Aprender Ciências Brincando e Experimentando
Aprender Ciências Brincando e Experimentando
O Trabalho Prático no âmbito das Ciências Experimentais – 2º e 3º ciclos
O Trabalho Prático no âmbito das Ciências Experimentais – 2º e 3º ciclos
O Trabalho Prático no âmbito das Ciências Experimentais – 2º e 3º ciclos
Falar em público, técnicas de desinibição
Trabalho colaborativo com o Google Drive
A Biblioteca Escolar e a implementação de projetos de leitura no Agrupamento
Educação para e na Cidadania: um Imperativo da ESCOLA
Gestão e tratamento de documentação
O projeto monitorização, acompanhamento e investigação em avaliação pedagógica (MAIA) para uma melhoria das práticas de avaliação das aprendizagens
O projeto monitorização, acompanhamento e investigação em avaliação pedagógica (MAIA). Apresentação de projetos

O Centro de Formação de Associação de Escolas Castro Daire e Lafões dispõe de um instrumento de avaliação do *impacte* da formação realizada. Este permitiu operacionalizar a emissão de juízos de valor, por parte das estruturas de coordenação educativa e dos formandos, acerca da eficácia pragmática das aprendizagens nas práticas pedagógicas, didáticas e nos conhecimentos científicos e da forma como estas se refletiram na dinâmica dos respetivos agrupamentos de escolas.

Esse documento, em formato de questionário, foi remetido aos representantes das referidas estruturas e aos formandos, solicitando que, para os domínios em análise, manifestassem as suas opiniões individuais em relação à formação ministrada.

“A avaliação dos projetos e ações formativas, independentemente do seu cariz, é uma necessidade incontornável e deve ser realizada em diferentes níveis e momentos.

Com a avaliação, as instituições formadoras podem, não só aferir a qualidade das aprendizagens realizadas, como também perceber o *impacte* que a formação que oferecem tem no seu público e, concomitantemente, nas organizações a que pertencem, permitindo introduzir correções tendentes a melhorar a qualidade dessa oferta formativa.

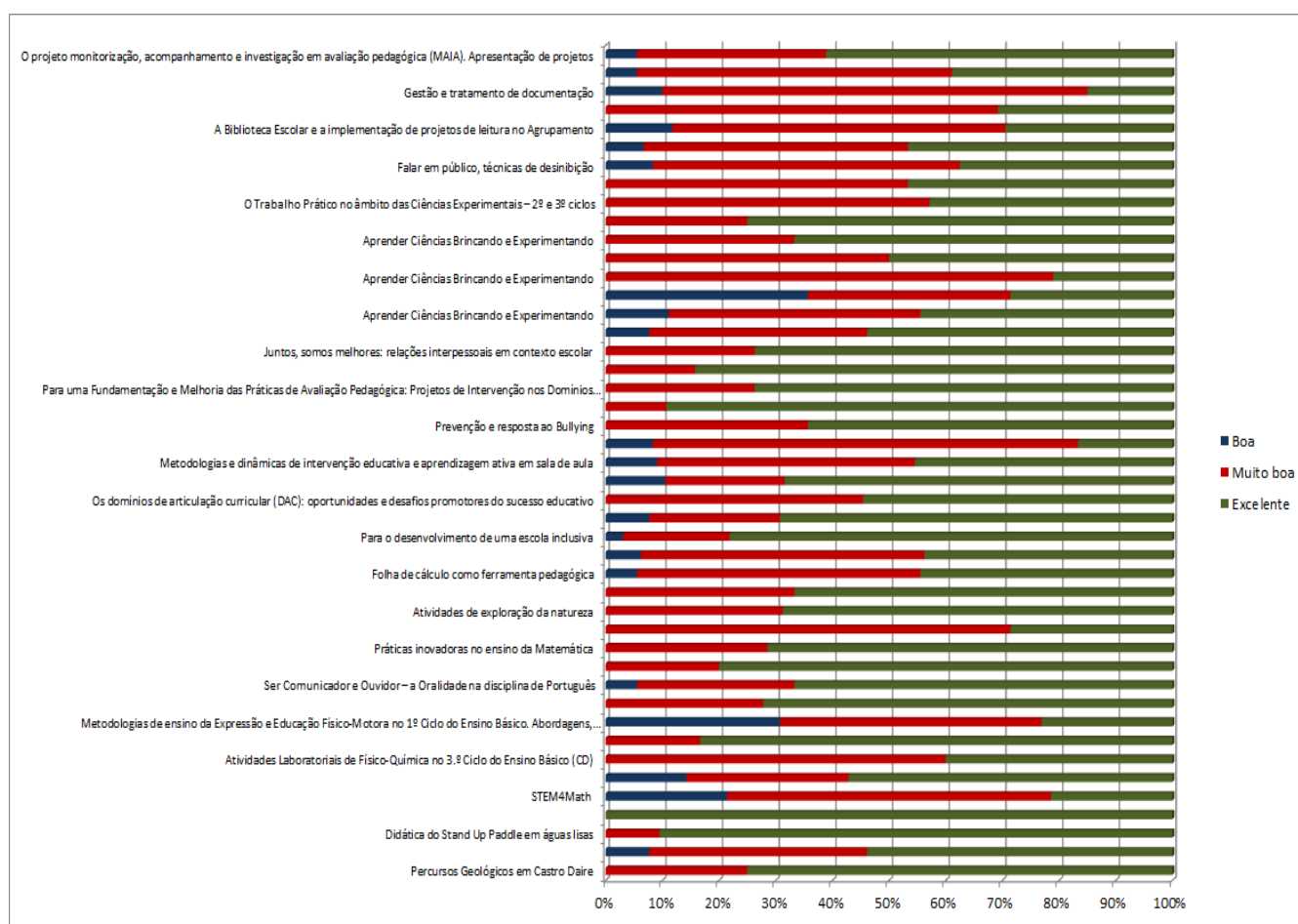
A demonstração de novas competências obtidas através de um processo formativo é algo que pode e deve ser mensurável. Trata-se afinal de constatar a melhoria das competências institucionais e pessoais, tornando as organizações e os indivíduos mais eficientes e competitivos.

A criação, no interior das escolas, de uma cultura de questionamento, referenciada ao incremento de modalidades e aprendizagem colaborativa, permite evoluir no sentido de *transformar o desenvolvimento profissional dos professores numa responsabilidade partilhada*.

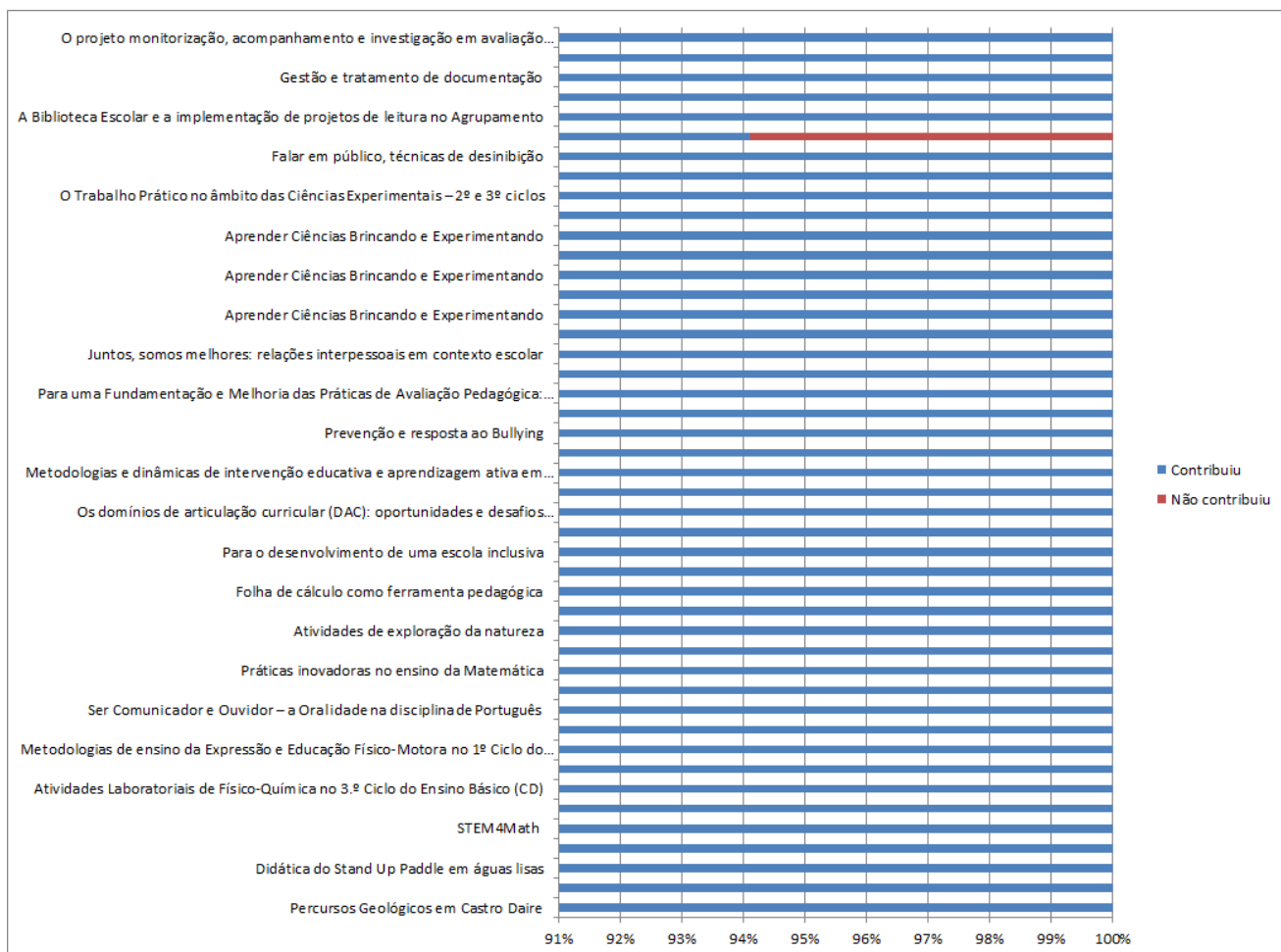
O impacte da formação no local de trabalho não é um processo simples de analisar, particularmente quando as competências a desenvolver se utilizam em exclusivo no campo da educação e da formação. Mesmo sabendo que os resultados esperados da aplicação de novas competências pós formação não são de fácil medição, é fulcral que um sistema formador bem organizado conte com a avaliação como uma ferramenta estruturante”.

OPINIÃO INDIVIDUAL DOS FORMANDOS:

Responderam ao questionário 707 formandos, que fizeram uma apreciação global da qualidade da formação frequentada, nos seguintes termos - **Boa** (5%), **Muito boa** (38,6%) e **Excelente** (56,4%).



Questionados sobre se a frequência da formação contínua contribuiu para que se sentissem mais competentes, relativamente à implementação e gestão do currículo, aos conhecimentos disciplinares e pedagógicos, ao desenvolvimento de competências nos alunos, ao desenvolvimento de práticas efetivas de autorreflexão e ao desenvolvimento de práticas efetivas de trabalho colaborativo, as respostas foram muito elucidativas - **Contribuiu** (99,9%) e **Não contribuiu** (0,1%).

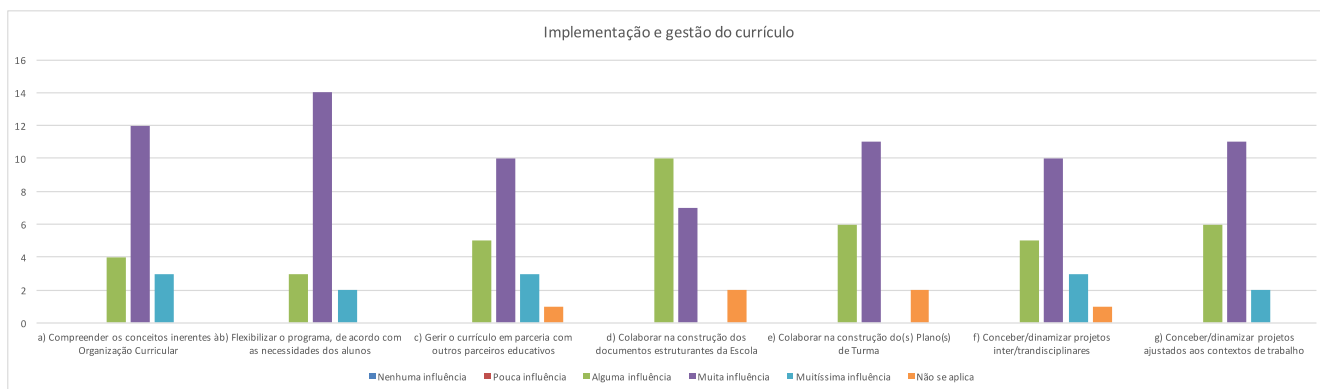


OPINIÃO COLEGIAL DAS ESTRUTURAS DE COORDENAÇÃO EDUCATIVA:

A frequência contribuiu para que me sinta mais competente, relativamente a:

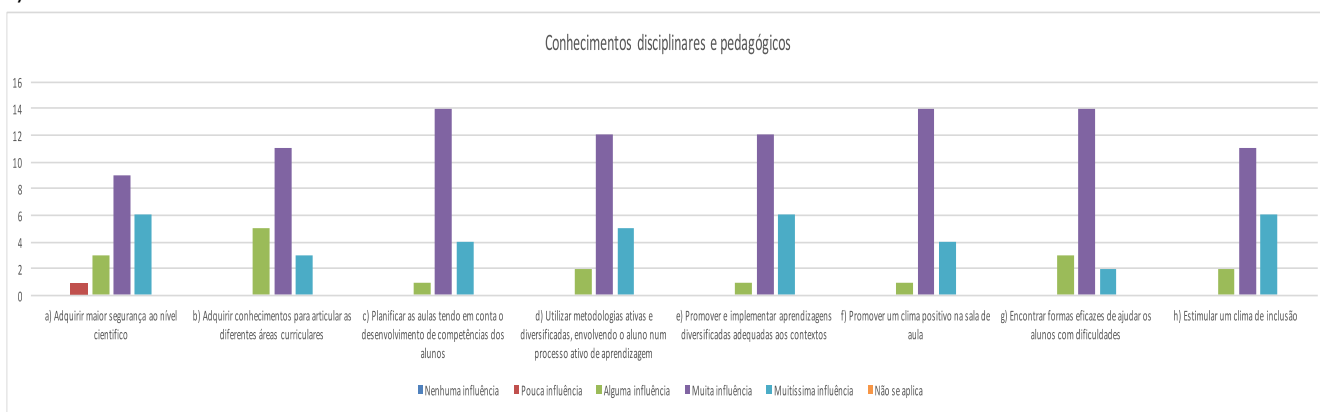
1. IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO DO CURRÍCULO

- a) Compreender os conceitos inerentes à Organização Curricular
- b) Flexibilizar o programa, de acordo com as necessidades dos alunos
- c) Gerir o currículo em parceria com outros parceiros educativos
- d) Colaborar na construção dos documentos estruturantes da Escola
- e) Colaborar na construção do(s) Plano(s) de Turma
- f) Conceber/dinamizar projetos inter/trandisciplinares
- g) Conceber/dinamizar projetos ajustados aos contextos de trabalho



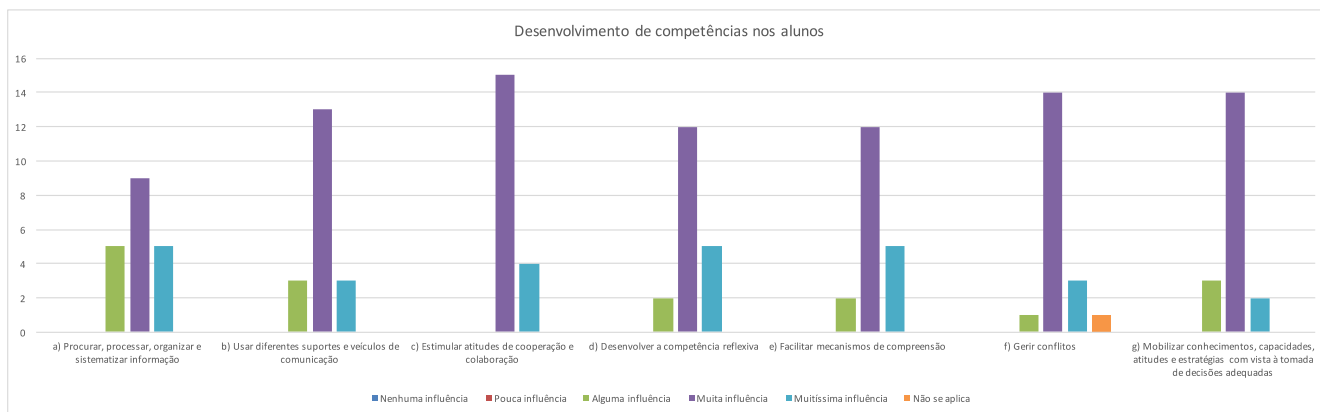
2. CONHECIMENTOS DISCIPLINARES E PEDAGÓGICOS

- Adquirir maior segurança ao nível científico
- Adquirir conhecimentos para articular as diferentes áreas curriculares
- Planificar as aulas tendo em conta o desenvolvimento de competências dos alunos
- Utilizar metodologias ativas e diversificadas, envolvendo o aluno num processo ativo de aprendizagem
- Promover e implementar aprendizagens diversificadas adequadas aos contextos
- Promover um clima positivo na sala de aula
- Encontrar formas eficazes de ajudar os alunos com dificuldades
- Estimular um clima de inclusão



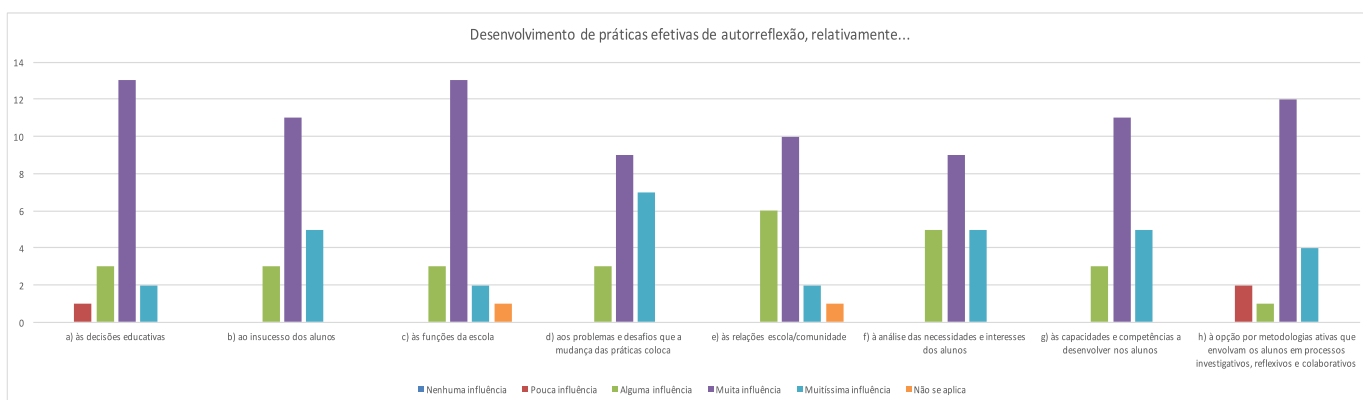
3. DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS NOS ALUNOS

- Procurar, processar, organizar e sistematizar informação
- Usar diferentes suportes e veículos de comunicação
- Estimular atitudes de cooperação e colaboração
- Desenvolver a competência reflexiva
- Facilitar mecanismos de compreensão
- Gerir conflitos
- Mobilizar conhecimentos, capacidades, atitudes e estratégias com vista à tomada de decisões adequadas



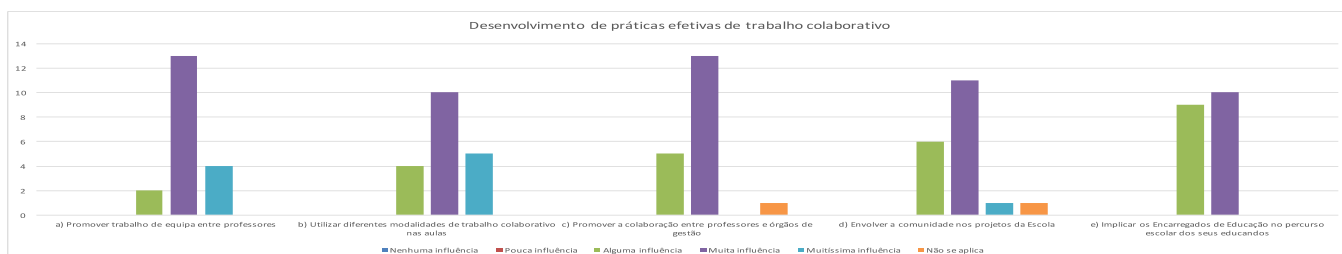
4. DESENVOLVIMENTO DE PRÁTICAS EFETIVAS DE AUTORREFLEXÃO, RELATIVAMENTE...

- a) às decisões educativas
- b) ao insucesso dos alunos
- c) às funções da escola
- d) aos problemas e desafios que a mudança das práticas coloca
- e) às relações escola/comunidade
- f) à análise das necessidades e interesses dos alunos
- g) às capacidades e competências a desenvolver nos alunos
- h) à opção por metodologias ativas que envolvam os alunos em processos investigativos, reflexivos e colaborativos



5. DESENVOLVIMENTO DE PRÁTICAS EFETIVAS DE TRABALHO COLABORATIVO

- a) Promover trabalho de equipa entre professores
- b) Utilizar diferentes modalidades de trabalho colaborativo nas aulas
- c) Promover a colaboração entre professores e órgãos de gestão
- d) Envolver a comunidade nos projetos da Escola
- e) Implicar os Encarregados de Educação no percurso escolar dos seus educandos



Os gráficos aqui reproduzidos permitem obter conclusões bastante animadoras, uma vez que os resultados veiculam, genericamente, uma avaliação muito positiva da qualidade e eficácia da formação realizada no CFAE Castro Daire e Lafões.

Atenta a dificuldade de mensurar ao pormenor o impacto da formação em toda a atividade pedagógica, didática e científica, esta perspetiva fundamenta-se essencialmente nos bons resultados académicos e sociais dos alunos, obtidos nos últimos dois anos quer ao nível da avaliação interna, quer ao nível da avaliação externa (provas e exames).

Aos resultados dos alunos, junta-se a participação pró-ativa dos professores na definição, acompanhamento e avaliação do Plano Anual de Atividades, um documento onde ganham reflexo as aprendizagens obtidas pelos docentes nas diferentes ações de formação frequentadas, com boas consequências para o elevado número de alunos que participaram nas atividades planificadas.

Ainda a corroborar os bons resultados atrás referenciados, está a última avaliação externa do Agrupamento de Escolas de São Pedro do Sul, efetuada por uma equipa de inspetores da IGEC, tendo esta instituição obtido a menção de Muito Bom em todos os domínios avaliados. É consensual que, não ficando a dever-se essa classificação apenas à atividade formativa dos docentes, há que reconhecer o papel fundamental que esta teve no desempenho do Agrupamento.

4.1 - Levantamento de necessidades de formação

O plano de formação do AESPS procura dar resposta aos elementos da sua comunidade escolar mais diretamente envolvidos com a dinâmica diária que decorre do cumprimento do seu projeto educativo.

Neste contexto, resulta com naturalidade uma incidência especial na formação do pessoal docente e que, em função disso, se tenha trazido essa preocupação para a centralidade das prioridades formativas, não esquecendo, no entanto, a necessidade de atenção à formação do pessoal não docente.

Porque se trata de um documento dinâmico e, por conseguinte, aberto a eventuais emendas/propostas de inclusão supervenientes, não se coloca de parte uma possível dilatação do quadro das necessidades de formação e da esfera dos seus destinatários.

As necessidades de formação, parte substancial deste documento, resultam de uma auscultação prévia aos agentes da comunidade educativa, da leitura dos documentos orientadores do Agrupamento e do relatório de avaliação externa do AESPS. A satisfação formativa dessas necessidades passará por uma concertação entre o Agrupamento e o CFAE, no sentido de as incorporar no plano de formação do Centro de Formação.

São estas as necessidades de formação manifestadas pelo corpo docente:

AÇÃO	JUSTIFICAÇÃO DA PROPOSTA	OBJETIVOS DIRETOS
1	Novas modalidades de ensino decorrentes do contexto pandémico em que vivemos	Dotar os professores de competências para fazer face a um possível ensino a distância
2	Adaptação dos critérios de avaliação nas diferentes disciplinas	Habilitar os professores com conhecimentos teóricos e práticos na definição de critérios de avaliação dos alunos

4.2 – Prioridades de formação e seus destinatários

AÇÃO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	PÚBLICO ALVO	PRIORIDADE
1	Fomentar a formação contínua do pessoal docente adequada às exigências do contexto escolar atual	Todos (B e S)	Alta
2	Fomentar a formação contínua do pessoal docente adequada às exigências do contexto escolar atual	Todos (B e S)	Alta

5 - Designação e modalidade das ações

AÇÃO	POSSÍVEL DESIGNAÇÃO	MODALIDADE
1	<i>Diferentes plataformas e mecanismos de ensino a distância</i>	Curso de formação
2	<i>Acompanhamento de alunos com Português Língua Não Materna</i>	Curso de formação

O CFAE Castro Daire/Lafões já operacionalizou duas ações de formação sob proposta do AESPS, a saber:

- Ética e Deontologia na Profissão Docente
- ACD - Diferenciação e adequação curricular: construindo práticas pedagógicas inclusivas

6 – Recursos humanos e físicos a mobilizar e custos



		Custos a imputar (em euros)			
		Formador	Formandos	Logística	Subtotal
1	<i>Diferentes plataformas e mecanismos de ensino a distância</i>			10	10
2	<i>Acompanhamento de alunos com Português Língua Não Materna</i>			10	10
Total					20

Os formadores internos a mobilizar para efeitos da prestação de serviço de formação são selecionados, em cada ano escolar, de acordo com os termos definidos no regulamento interno do CFAECD. Decorrem do articulado desse documento três condições para a integração de um educador/professor/técnico especializado na bolsa de formadores internos, a saber:

1 - Ser formador acreditado pelo Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua (CCPFC) ou pela DGAE;

2 - Ser profissionalizado, possuir doutoramento, mestrado ou pós-graduação em área e domínio da Educação e desejar acreditar-se como formador pelo Conselho CCPFC;

3 - Ser profissionalizado com mais de 5 anos de serviço, com reconhecida carreira profissional em área e domínio da Educação e desejar acreditar-se como formador pelo CCPFC ou DGAE.



Tal com atrás foi salientado, o plano de formação é um documento dinâmico e, por isso, suscetível a reajustamentos em função de solicitações supervenientes. Trata-se de um princípio assente no pressuposto de que, sem a participação empenhada de toda a comunidade escolar, a sua operacionalização tornar-se-á mais difícil de agilizar.

Apesar de possuir uma aplicabilidade temporal, importa que a avaliação não se esgote no final do seu período de vigência e se proceda a uma aferição intermédia da sua exequibilidade. Não apenas por iniciativa dos seus mentores mais diretos, mas também por força de eventuais alterações legislativas específicas ou de alterações nos documentos orientadores do Agrupamento.

Daí que, e como também foi já referido, O CFAE disponha de um instrumento de avaliação que coloca à disposição dos Agrupamentos associados. Trata-se de dois questionários dirigidos aos formandos/estruturas educativas e que avalia o impacte da formação frequentada.